

SINDÁGUA

REGISTRO

Sindicato dos Trab. nas Indústrias de Pur. e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais - 28 de abril de 2006 - nº 226

CUT

Pauta de reivindicações foi entregue à Copasa



Na última quinta-feira, dia 20 de abril, os representantes dos sindicatos entregaram ao presidente da Copasa, Márcio Nunes, a pauta de reivindicações dos trabalhadores para a Campanha Salarial 2006. O SINDÁGUA-MG aproveitou o momento e reinteirou o pedido para que a empresa garantisse oficialmente a data-base e nomeasse a comissão de negociação patronal, para dar início as negociações.

Diferente dos outros anos, o presidente Márcio Nunes, decidiu garantir a data-base com a sua palavra, sem a formalização em documento a ser entregue aos sindicatos. "A gente reconhece a data-base e eu acho uma desconfiança ter que formalizar isso assinando um papel" alegou Márcio Nunes.

O presidente da Copasa disse ainda que é preciso mostrar às pessoas que na Copasa se negocia com base na confiança e que a direção da empresa não tem pressa nenhuma com as negociações. "A data-base está garantida" assegurou Márcio Nunes.

Márcio Nunes finalizou a reunião dizendo que as negociações deste ano serão muito melhores do que as do ano passado e para as cláusulas que não puderem ser resolvidas na mesa de negociação, serão criadas comissões para discutir o assunto.

Entre os representantes sindicais, participaram da reunião de entrega da pauta

o presidente do SINDÁGUA-MG, José Maria dos Santos, o coordenador da Campanha Salarial de 2006, José Geraldo do Nascimento, o diretor do Senge-MG, Arnaldo Alves de Oliveira, e outros membros da diretoria do SINDÁGUA-MG. Além do presidente Márcio Nunes, também esteve representando a empresa a chefe de Divisão de Recursos Humanos e interlocutora sindical da Copasa, Ana Maria Oliveira Gomes.

Empresa garante a data-base

Amparado por parecer do departamento jurídico do SINDÁGUA e para garantir a tranquilidade das negociações durante a Campanha Salarial, o Sindicato buscou a direção da empresa e conseguiu que a data-base fosse oficializada no dia 27 de abril, pela Superintendente de Recursos Humanos, Lucia Maria Aguiar Garcia.

NESTA EDIÇÃO

**Queremos representante
Conselho de Administração**

PÁGINA 02

**Movimento sindical protesta
no 1º de maio**

PÁGINA 03

EDITORIAL

UNIR
PARA
CRESCER

(*) José Maria dos Santos

A pregação administrativa da Copasa nos últimos anos vem repetindo sistematicamente o refrão de buscar ser a "melhor empresa de saneamento do País". Os investimentos de R\$ 2,7 bilhões divulgados amplamente nos meios de comunicação de massa procuravam plantar no entendimento geral que a Copasa passava por uma grande transformação. As campanhas publicitárias e as frases impressas em prospectos e quaisquer discursos davam uma conotação de que os novos gestores tirariam a empresa do atraso e que a modernidade administrativa chegava finalmente para a história da Copasa.

No processo de construção desta "modernidade" os trabalhadores e as próprias comunidades de tantos municípios tiveram grandes sobressaltos. No primeiro ano deste novo tempo, nossa categoria foi levada a uma greve histórica e vitoriosa, motivada pela intransigência do ex-presidente, que experimentou uma política de enfrentamento com os trabalhadores. Nossa mobilização pôde ser sentida. Prefeitos de vários municípios mineiros também foram mal-tratados e tiveram que apelar para a sensibilidade do governador, que acabou criando, na época, um cargo de vice-presidente, para consertar os estragos políticos que deterioravam as relações de governo.

Para chegar a este ponto em que a empresa está hoje, enfrentamos sérios dilemas e se tornam necessárias muitas discussões para entender, sem distorções, o clima vivido dentro da Copasa. Certamente, consideramos válidos os discursos de quebra de paradigmas para as mudanças ditas necessárias. O método de se fazer as coisas, no entanto, optou por estratégias truculentas, em receitas passadas por remanescentes do primeiro momento da administração da empresa durante este governo.

Somos responsabilmente conscientes de que várias mudanças são necessárias, sobretudo a implantação de sistemas de gestão que possam fazer a empresa crescer ao ponto de cumprir plenamente seu papel: o de levar saneamento a cada canto deste Estado. A Copasa precisa estar financeiramente sadia e estruturalmente sólida para atender tantas obras que faltam para atingirmos a meta da universalização do saneamento. Com sua visão empresarial modernizada, o alcance de bons resultados em atividades como beneficiamento de resíduos sólidos e tantos projetos de alcance social podem garantir os recursos financeiros para serem reinvestidos, facilitando ao Estado cumprir seu papel e obrigação constitucional.

Os trabalhadores reconhecem a necessidade de crescimento da empresa proporcionalmente à demanda social com o crescimento urbano e rural do Estado. Não se pode imaginar, no entanto, de forma nenhuma, que alguém possa querer a Copasa como uma espécie de "empresa virtual", tendo apenas uma cabeça de "escolhidos" e vários tentáculos sendo operados por prestadores de serviços terceirizados. A Copasa simplesmente morreria. Perderia um pedaço de vida a cada concessão municipal perdida. Perderia seu objetivo social. O Estado descumpriria seu papel constitucional e os gestores do caos social teriam que explicar onde foi parar o lucro das suas ações.

(*) Presidente do SINDÁGUA-MG

Representante no Conselho de Administração da Copasa

SINDÁGUA solicita ao governador
Aécio Neves indicação da categoria

Participação de representante dos trabalhadores no Conselho já é prática em outras estatais e dá à administração da empresa mais transparência e harmonia

O SINDÁGUA-MG encaminhou ao governador de Minas, Aécio Neves, ofício em que apresenta a reivindicação dos trabalhadores para que possamos indicar um dos membros do Conselho de Administração da Copasa, medida já contemplada na Cemig e em outras empresas de saneamento de outros estados caracterizadas como de "capital aberto".

A reivindicação apresentada pelo Sindicato se embasa no artigo 10 da Constituição Federal, que "assegura a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objetos de discussão e deliberação".

No ofício (ao lado), o SINDÁGUA-MG ressalta que "estamos sempre buscando contribuir responsável e profissionalmente para o pleno sucesso e desenvolvimento da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, em benefício dos trabalhadores e, sobretudo, pelo resguardo dos interesses da sociedade mineira nos vitais serviços prestados pela empresa, exercendo a cidadania".

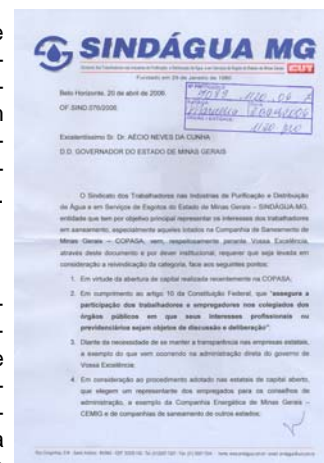
Conselho de Administração que preserve os
interesses do Estado

O apelo à sensibilidade do governador para que possamos garantir a formação de um Conselho de Administração representativo e transparente tem forte base no próprio momento vivido pela Copasa, com seu ingresso no mercado de ações e as necessárias mudanças estruturais na empresa. Não combina com a nova realidade da empresa, a montagem de um Conselho de Administração que teria o papel de apenas homologar decisões de diretoria, mas estabelecê-lo como um instrumento colegiado que autentique a missão social da Copasa como uma empresa pública de serviços essenciais para a sociedade, devendo zelar pelos princípios de responsabilidade social nas ações para a universalização do saneamento.

O presidente do SINDÁGUA-MG, José Maria dos Santos, considera o atendimento desta reivindicação que representa uma família copasiana gigantesca e que "entenderia como assegurado nosso direito de lutar por uma participação no Conselho com o único propósito de proteger e desenvolver a Copasa para o bem de todos os mineiros". José Maria lembra ainda que os trabalhadores têm seus representantes em outras instâncias, como Previminas, Copass e comissões de bacias hidrográficas, primando pela participação responsável e afinados com princípios que norteiam o condução exemplar dos órgãos públicos.

Em momento recente, tivemos uma participação polêmica do Conselho de Administração da Copasa, com marcação e desmarcação de reuniões para atender conveniência e interesses particulares do ex-presidente da empresa. Num dos momentos, reunião para tratar de assunto desconfortável só foi marcada quando se tinha certeza que um então conselheiro, que cobrava transparência, teria viagem ao exterior, tornando a data marcada como estratégica e casuística para aprovar medidas carimbadas.

Muitos dos problemas que podem inclusive afetar interesses do governador, que exige uma gestão correta do Estado, não chegam plenamente ao seu conhecimento. Um dos representantes afastados do Conselho de Administração da Copasa, chegou a falar em reunião na sede do SINDÁGUA, que as atas não retratavam tudo ou exatamente o que fora tratado, sendo suprimidas sugestões e ponderações que contrariavam interesses do alto comando da empresa. Um Conselho transparente e afinado com as responsabilidades públicas e sociais da empresa só pode proteger as determinações do Estado para cumprir sua missão governamental.



JORNAL DO SINDÁGUA

Presidente: José Maria dos Santos - **Diretor de Comunicação:** Rogério Matos de Araújo - **Jornalistas:** Janaina Ferreira da Mata MG-064.87 JP e José Geraldo Ribeiro - MG 02717JP **Diagramador:** Luiz Carlos Nicolau - **Tiragem:** 10.000 exemplares - **Impressão:** Fumarç

SINDÁGUA MG - R. Congonhas, 518 - Sto. Antônio - Belo Horizonte-MG - **Tel: (031) 3297-7227 Fax: 3297-7224**
CEP 30330-100 — **Home Page:** www.sindagua.com.br e-mail: sindagua@uol.com.br

Empresas que facilitam assédio, acidentes e doenças serão denunciadas

Movimento sindical decide ação integrada para denunciar condições de trabalho que prejudicam os trabalhadores.

A luta contra os acidentes e doenças do trabalho tem o dia 28 de abril como seu marco simbólico, momento em que a memória das vítimas é lembrada por entidade de trabalhadores em todo o mundo. A data simbólica foi instituída em 1995 pelo movimento sindical do Canadá, sendo encampado em seguida pela CIOIS, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e entidades representativas dos trabalhadores de diversos países.

O dia 28 de abril torna-se, portanto, um dia de deixar transparentes todos os registros de acidentes e doenças do trabalho e, principalmente, denunciar as condições que favorecem e reincidência de ocorrências que tiram a vida, mutilam e que se transformam em sofrimento para tantos trabalhadores e para seus familiares.

Os dados no Brasil são alarmantes. Informações divulgadas pela Previdência Social sobre o ano de 2004 demonstram a notificação de 458.956 acidentes. Deste total, 2.801 resultaram em mortes de trabalhadores e 12.563 deixaram seqüelas que incapacitaram permanentemente as vítimas. Deve-se ressaltar, no entanto, que estes números não retratam plenamente a realidade, pois se referem apenas a acidentes registrados. Sabemos bem, que grande número de tragédias é encoberto com a não notificação ou descaracterizado com registros de "auxílio-doença".



Luta contra o assédio moral

Durante esta semana, de 24 de abril a 02 de maio, por iniciativa das Centrais Sindicais, participantes de um grupo de trabalho da Fundacentro e órgãos públicos, estarão desenvolvendo ações integradas de combate à outra grande violência cometida sobre o trabalhador. O 2 de maio se transformou no Dia

Nacional de Combate ao Assédio Moral no Trabalho.

Segundo o diretor de Saúde do SINDÁGUA-MG, Rogério Lourenzoni, as duas datas (28 de abril e 2 de maio), tão próximas do 1º de maio, servem para que todas as categorias de trabalhadores possam se unificar para cobrar dos governos e das instituições maior ação na defesa de ambientes de trabalho mais humanizados, coibindo os abusos com fiscalização e penalidades aos empregadores. Lourenzoni lembra "ser muito comum em inúmeras empresas, sobretudo prestadores de serviços terceirizados um total descaso com a segurança no trabalho, vitimando os trabalhadores em condições deploráveis para exercerem suas atividades". Estes prestadores de serviços trabalham sobre forte pressão para cumprir um volume de tarefas pré-estabelecidas, ou seja, metas de produtividade que garantem a permanência de contratos. A pressão leva os trabalhadores ao estresse e ao grande risco de acidentes. Junto a estes fatores, o assédio

moral surge em toda espécie de ameaças, se aproveitando da crise de desemprego, fazendo com que os trabalhadores se submetam por medo de demissões. Em um grande número de empresas o assédio moral vem sendo banalizado, disfarçado em regras de supostos "códigos de ética", instrumentos que facilitam ações autoritárias e discricionárias.

Todo este círculo vicioso nocivo aos trabalhadores será denunciado pelas entidades sindicais, buscando a intervenção das delegacias do trabalho e do Ministério Público, fazendo com que possam atuar contra os abusos. A Secretaria Nacional de Imprensa e Divulgação da CUT passará a receber todos os pareceres, matérias e denúncias de acidentes e doenças do trabalho ocorridas em todas as categorias representadas. As entidades irão se empenhar para divulgar para a mídia local e regional (inclusive rádios comunitárias) todas as ocorrências e procedimentos adotados em relação a acidentes e doenças do trabalho, tornando o tema amplamente divulgado.

Principais ações contra a violência no trabalho

1. Campanha pela Redução da Jornada de Trabalho;
2. Campanha pela Redução das Horas-extras;
3. Campanha Nacional Unificada (cláusulas específicas da saúde combate ao assédio moral e redução/controle do ritmo de trabalho).

CLUBE DA AECO PROMOVE FESTA

Como acontece anualmente, os companheiros na Copasa participam também da "Festa do Trabalhador", no Clube da AECO, no Barreiro. A Associação disponibiliza ônibus especiais para que os trabalhadores possam comparecer ao evento. Tradicionalmente, os trabalhadores são brindados com sorteios de prêmios, entrega de camisetas e têm total estrutura para que todos possam comparecer com seus familiares. A Festa do Trabalhador na AECO começa às 8 horas e tem seu auge próximo das 12 horas, indo até por volta das 16 horas.

1º de maio: Dia do Trabalhador

História de luta

Na próxima segunda-feira, 1º de maio, a Praça da Cemig, em Contagem, será palco de mais uma manifestação de várias categorias profissionais em celebração do Dia do Trabalhador. O SINDÁGUA

estará participando da solenidade, que terá ainda missa rezada pelo Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, Dom Walmor Oliveira de Azevedo.

A participação neste even-

to de variadas entidades representativas de trabalhadores mantém vivo um símbolo de grande importância para todos nós: a unidade das várias categorias, que vão reforçar em praça pública o compromisso de luta pelos nossos direitos e nossas conquistas.

A manifestação do 1º de maio na Praça da Cemig começa às 9 horas.

PRIMEIRO DE MAIO



Metalúrgicos de BH/Contagem
Metalúrgicos de Betim/Igarapé
Bancários BH/Região - Sintracc
Sindágua - CUT/MG - Região
Episcopal Nossa Sra. Aparecida

Participe. Traga faixas e bandeiras

NA PRAÇA DA CEMIG

Esta história faz parte da nossa luta.

Manifestação e missa a partir das 7:30 da manhã

O Piso Salarial é mais embaixo

Os novos "gestores" de empresas parecem tentar provar para sociedade brasileira que os estudos, a qualificação ou especialização podem ser jogados na lata de lixo. "Se Deus quiser – parecem dizer – brevemente estaremos todos ganhando o salário mínimo".

Se a afirmação pode parecer um exagero para profissionais na média e alta hierarquia da empresa, mais próximo da base, o salário mínimo está fazendo cócegas no pisos salariais extremamente magros. Um trabalhador da Copasa que ganha o piso de nível 1, recebe um salário magro de R\$ 380,00. Com o salário mínimo a R\$ 300,00, a diferença era de exatamente R\$ 80,00. Reajustado em 16,67% e alcançando R\$ 350,00, o salário mínimo ficou a R\$ 30, do piso praticado pela Copasa. Para que, eventuais impactos do mínimo sobre preços não atinjam os companheiros de menores salários na empresa, torna-se urgente que os pisos sejam revistos, acelerando os impactos que a demora da construção de um PCCS ainda não foi capaz de corrigir.

Estudos do Dieese demonstram que o piso salarial médio em 324 negociações analisadas evoluíram de 2004 para 2005, passando de R\$ 439,34 para R\$ 495,52, com uma média de salários mínimos oscilando de 1,74 para 1,73, respectivamente. Segundo estes estudos, a maior média (2,19 salários mínimos) foi alcançada pelo setor de serviços, ficando em 1,62, no setor de comércio.

A discussão do piso salarial será um dos principais focos na negociação coletiva que se inicia entre os sindicatos e a Copasa. O próprio presidente da empresa, Márcio Nunes, já declarou por di-



versas vezes, em reuniões com o SINDÁGUA, que considerava oportuna a discussão sobre a grande distância existente entre os menores e maiores salários dentro da empresa. Os baixos salários praticados nos primeiros níveis levam seguramente os trabalhadores a severas dificuldades no caso de qualquer afastamento das atividades, pois a remuneração pelo trabalho é tão baixa que consegue ser inferior à soma de benefícios da cesta básica e tiquete-alimentação. No caso de uma aposentadoria nestas condições, o direito ao descanso depois de 35 anos de trabalho e 58 de idade acaba sendo um grande castigo e a certeza de dificuldades financeiras.

O desprendimento e sensibilidade da empresa na mesa de negociação será determinante para reparar esta situação injusta e penosa, favorecendo seus trabalhadores com uma remuneração condizente com os novos tempos de crescimento e de lucratividade da empresa.

ESPAÇO DA MULHER

Mulheres são surpreendidas com cortes de direitos

Nem bem se esqueceram das comemorações do Dia Internacional da Mulher, as trabalhadoras da Copasa foram surpreendidas com cortes de benefícios para as mulheres em gozo da licença-maternidade. A empresa cortou o fornecimento da cesta básica, a partir do dia 1º de abril, e também descontou do pagamento da PL o período de licenciamento.

A Secretaria de Mulheres do SINDÁGUA-MG – SEMSI, procurou a direção da empresa para defender a importância da licença-maternidade como uma função social da mulher, que é a única capaz de reproduzir a vida, e como fator de humanização nas relações trabalhistas. A licença-maternidade não foi estabelecida na legislação somente para garantir a recuperação física da gestante, mas por ser de extrema importância na adaptação ao novo momento, por trazer benefícios na relação entre a mãe e a criança e também para que a mulher possa dar atenção integral ao recém-nascido, que precisa de cuidados especiais nos primeiros meses de vida.

VITÓRIA PARCIAL – O trabalho realizado pela SEMSI garantiu que a empresa voltasse a fornecer a cesta básica para as trabalhadoras em licença-maternidade. Porém, os descontos na PL permanecem. Na reunião de entrega da pauta de reivindicações, o presidente da Copasa reforçou o questionamento se é justo que a mulher ficasse grávida, depois passasse vários meses em casa e ainda recebesse a mesma coisa daqueles que trabalharam o ano todo.

Para o Sindicato, o corte da cesta básica e o desconto da PL para as mulheres licenciadas é uma maneira da empresa punir e tentar dificultar para as trabalhadoras a utilização do direito à licença-maternidade. É preciso que as mulheres estejam atentas e mobilizadas para evitar novos cortes em seus direitos.

Não podemos permitir que a importância da licença-maternidade continue invisível aos olhos da direção da empresa. É preciso aproveitar todas as oportunidades para colocar este tema na pauta de nossas reivindicações e assim sonhar que outras relações sociais entre mulheres e homens poderão ser construídas na nossa sociedade.

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS X DESPESAS PERÍODO DE NOVEMBRO/2005 À MARÇO/2006

| RECEITAS | | DESPESAS | |
|----------------------------------|----------------|--|----------------|
| Receita Social | R\$ 425.009,53 | Departamento de Imprensa | |
| Mensalidades | R\$ 425.009,53 | Despesas com pessoal | R\$ 60.359,20 |
| Receita Tributária | R\$ 1.795,75 | Despesas Depto. Imprensa | R\$ 14.326,30 |
| Contribuição Sindical | R\$ 1.795,75 | Departamento Jurídico | |
| Receita Aposentados | R\$ 15.992,52 | Despesas Depto. Jurídico | R\$ 43.065,90 |
| Mensalidades | R\$ 15.992,52 | Departamento Financeiro | |
| Campanhas Salariais | R\$ 265,60 | Despesas com pessoal | R\$ 35.334,76 |
| Venda camisas/Campanha | R\$ 265,60 | Despesas Depto. Financeiro | R\$ 3.719,48 |
| Receitas Eventuais | R\$ 3.128,14 | Departamento Administrativo | |
| Vendas Diversas | R\$ 15,00 | Despesas com pessoal | R\$ 92.583,93 |
| Reembolso Diversos | R\$ 3.113,14 | Despesas Depto. Administrativo | R\$ 671,91 |
| Rec Patr Contsemg/Feder | R\$ — | Depto. Formação Sindical | |
| Rec Patr Seminário/Deleg | R\$ — | Seminários Congressos Extern | R\$ 5.902,18 |
| Rec Patr Dia das Mulheres | R\$ — | Manifestações | R\$ 455,00 |
| Receitas com Seguro | R\$ 20.126,97 | Despesas c/ Campanha Salarial | R\$ 3.500,00 |
| Receitas Financeiras | R\$ 7.274,65 | Despesas Outras Camp Salariais | R\$ 898,54 |
| Ganhos c/ Aplicação Financ | R\$ 7.268,14 | Departamento de Mulheres | R\$ 11.011,40 |
| Ganhos c/ Poupança | R\$ 6,51 | Depto de Saúde/Assist. Especial | R\$ 7.642,33 |
| Receitas s/Empréstimos | R\$ — | Departamento dos Aposentados | R\$ 10.596,57 |
| Juros | R\$ — | Departamento da Diretoria | |
| Atualização monetária | R\$ — | Reunião de Diretoria | R\$ 30.084,38 |
| Juros/Descontos Obtidos | R\$ — | Reuniões Div/Trab Base Sistemas | R\$ 4.107,60 |
| Juros Ativos | R\$ — | Despesas com Eleições | R\$ 75.621,32 |
| Descontos Obtidos | R\$ — | Comissões Estudos do ACT | R\$ 12.387,30 |
| Receitas Não Operacionais— | | Despesas com Administração | |
| Alienação Bens Permanentes | R\$ — | Despesas de Consumo | R\$ 35.845,26 |
| Alienação do Imobilizado | R\$ — | Despesas com Materiais | R\$ 25.530,77 |
| Total das Receitas | R\$ 473.593,16 | Contribuições CUT | R\$ 10.696,93 |
| | | Outras Contr (DIAP, DIEESE, FED) | R\$ 12.622,71 |
| | | Despesas com manutenção | R\$ 20.232,35 |
| | | Veículos | R\$ 14.374,39 |
| | | Encargos não Operacionais | R\$ 384,00 |
| | | Encargos Financeiros | R\$ 5.226,88 |
| | | Total das Despesas | R\$ 542.181,39 |

Transição do Conselho Fiscal



Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do Estado de MG CUT
Fundado em 29 de Janeiro de 1980

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

Ao dia 20 de Março de dois mil e seis, Na sede do Sindágua-MG, reuniram-se os membros do conselho fiscal, Representados pelos senhores, José Onofre Rodrigues, Manoel da Luz Quirino e Wanderley Miranda da Silva, Para apreciação das contas do mês de Fevereiro de dois mil e seis e que foram aprovadas. Após reunião com os novos membros do Conselho Fiscal, representados por, Rita de Cássia Queiroz de Oliveira, Alexandre Meireles Carmo, José Onofre Rodrigues, Flavio Luiz de Souza, Roberto de Oliveira Passos e Walencyr T Jose de Souza. Ficou definido que a partir do dia 21 de Março de 2006, os novos membros do conselho fiscal vão esta tomando posse e assumindo os trabalhos a frente do conselho, e que na próxima reunião do conselho fiscal seja convocados, O Presidente do Sindágua-MG, Um representante do Jurídico e a Diretora financeira, atual e anterior, para direcionamento da linha de trabalho. Nada havendo mais a declarar a presente Ata foi lavrada e assinada por todos os presentes. Belo Horizonte, 20 de março de 2006.

José Onofre Rodrigues.
Manoel da Luz Quirino.
Wanderley Miranda da Silva.